

A PESCA GEOGRAFICIZANDO OS LUGARES

FISHING BY GEOGRAPHIZING THE PLACES

LA PESCA GEOGRAFICIZANDO LOS LUGARES

SAID, Abbul Mahmebb - SILVA, José Carlos da

RESUMO

Diante da diversidade da modalidade de pesca marítima existente, algumas possuem papel importante na estruturação dos lugares e acabam por constituir formas diversas de organização da vida social e cultural ao longo da linha costeira onde se situam as zonas de pesca. A cidade de Paraty, localizada no extremo sul do litoral fluminense do Rio de Janeiro engloba uma diversidade de comunidades tradicionais caiçaras as quais muitas tem na pesca um dos principais elementos da reprodução social dos sujeitos. Essas localidades de pesca possuem espacialidade dinâmica que imprimem uma construção de identidades e expressam a geograficidade e historicidade dos sujeitos e dos lugares. No entanto, diversas comunidades vivem um cotidiano de relações conflituosas com agentes dos órgãos ambientais pelo fato de estarem inseridas em áreas de preservação e com grandes embarcações de pesca, devido ao uso abusivo da biodiversidade pela sobrepesca, gerando impactos na cultura e na pesca artesanal. Destas comunidades destacamos as localizadas na Enseada da Cajaíba e dentro dos limites da Área de Proteção Ambiental do Cairuçu e da Reserva Ecológica Estadual da Juatinga aonde as relações da pesca e o processo de modernização implica em novos saberes e técnicas onde o turismo entra como um novo componente promissor, mas também como possibilidade de novas assimetrias no cotidiano dos sujeitos. A questão central incide no modelo de unidade de conservação implantada que impõe uma série de restrições, gerando constantes conflitos nas relações socioambientais dos povos e comunidades tradicionais de Cajaíba. A compreensão da historicidade da pesca em Paraty geograficizando os lugares, na perspectiva da organização social e econômica dos caiçaras são os principais objetivos do presente ensaio.

Palavras-chave: Caiçaras. Pesca artesanal. Geograficidades. Historicidades.

ABSTRACT

Give the diversity of the existing sea fishing modality, some play an important role in structuring the places and end up constituting different forms of organization of social and cultural life along the coastline where the fishing zones are located. The city of Paraty, located in the extreme south of Rio de Janeiro's coast, encompasses a diversity of traditional Caiçaras communities, many of which have in fishing one of the main elements of the subjects' social reproduction. These fishing localities have dynamic spatiality that imprint an identity construction and express the geography and historicity of the subjects and places. However, several communities live a daily conflicting relationship with agents of the environmental agencies because they are inserted in preservation areas and with large fishing vessels, due to the abusive use of biodiversity by overfishing, causing impacts on culture and artisanal fishing. These communities include those located in Cajaíba Cove and within the boundaries of the Cairuçu Environmental Protection Area and the Juatinga State Ecological Reserve where fishing relations and the modernization process imply new knowledge and techniques where tourism enters as a new promising component, but also as a possibility of new asymmetries in the daily lives of the subjects. The central issue is the model of a protected area that imposes a series of restrictions, generating constant conflicts in the social and environmental relations of the traditional peoples and communities of Cajaíba. Understanding the historicity of fishing in Paraty by geographizing places from the perspective of the social and economic organization of the caiçaras are the main objectives of this essay.

Keywords: Caiçaras. Artisanal fishing. Geographies. Historicities.

RESUMEN

Delante la diversidad de la modalidad de la pesca marítima existente, algunas poseen papel important en la estructuración de los lugares y acabam por constituir formas diversas de organización de la vida social y cultural a lo largo de la línea costera donde se sitúan las zonas de pesca. La ciudad de Paraty, localizada en el extremo sul del litoral fluminense del Rio de Janeiro engloba una diversidad de comunidades tradicionales caiçaras las cuales muchas tienen en la pesca uno de los principales elementos de la reproducción social del sujetos. Esas localidades de pesca poseem espacialidad dinámica que imprimen una construcción de identidades y expresan la geograficidad y historicidad de los sujetos y de los lugares. Sin embargo, diversas comunidades viven un cotidiano de relaciones conflictuosas con los agentes de los organismos ambientales del hecho que estén insertadas en áreas de preservación y con grandes embarcaciones de pesca, devido el uso abusivo de la biodiversidad por la sobrepesca, gerando impactos en la cultura y en la pesca artesanal. Destas comunidades destacamos las localizadas en la Enseada de la Cajaíba y dentro de los limites de la Area de Protección del Medio Ambiente de lo Cairuçu y de la Reserva Ecologica Estadual de la Juatinga donde las relaciones de la pesca y lo proceso de la modernización implica en nuevos saberes y tecnicas donde el turismo entra como un nuevo componente prometedor, más tambien como posibilidad de nuevas asimetrías en lo cotidiano de los sujetos. La cuestión central incide en el modelo de unidad de conservación implantada que impone una serie de restricciones, gerando constantes conflictos en las relaciones ecosociales de los pueblos y comunidades tradicionales de Cajaíba. La comprensión de la historicidad de la pesca en Paraty geograficizando los lugares, na perspectiva de la organización social y economica de los caiçaras son los principales objetivos del presente ensayo.

Palabras clave: Caiçaras. Pesca artesanal. Geograficidades. Historicidades.

INTRODUÇÃO

O presente ensaio visa apresentar alguns aspectos sobre a pesca em Paraty versando sobre a espacialidade/geograficidade e historicidade da pesca nas localidades onde estão situadas diversas comunidades caiçaras aonde os sujeitos viviam em tempos pretéritos da roça caiçara e da pesca artesanal principalmente. O ensaio apresenta, portanto, questões relacionadas à áreas de proteção/preservação ambiental e seus impactos na pesca, sua importância e limites. Diante da diversidade da modalidade de pesca marítima existente (DIEGUES, 1983; 2004), algumas possuem papel importante na estruturação dos lugares e acabam por constituir formas diversas de organização da vida social e cultural ao longo da linha costeira onde se situam as zonas de pesca. As localidades ou zonas de pesca possuem espacialidade dinâmica que imprimem uma construção de identidades (HALL, 2015), tornando fundamental compreender o sentido da ação social dos pescadores e pescadoras artesanais (SILVA, 2014), atividade que expressa a geograficidade e historicidade dos sujeitos e dos lugares (DARDEL, 2011). Essas localidades se situam em Paraty, localizada no extremo sul do litoral fluminense do estado do Rio de Janeiro.

O ensaio enfatizou metodologia da história oral (ALBERTI, 2013) - memória e narrativa, que consistiu em abordagens específicas sobre o tema da pesca artesanal em Paraty, com recorte mais temático junto aos pescadores e pescadoras da Enseada da Cajaíba. Também valorizou o cotidiano e espaços do fazer e do acontecer solidário (SANTOS, 2017) nas comunidades além de valorizar as narrativas caiçaras, suas tradicionalidades e memórias dos acontecimentos (CANDAU, 2018) nos/dos espaços vividos (SERPA, 2019). Cada comunidade ou grupos sociais se organizam de forma diferente e atuam em determinados tipos de pescaria, o que permite diferenciar os tipos de pescados que resultam dessas formas organizativas e tipos de técnicas e saberes praticados. Nesse sentido, Paraty engloba uma diversidade de comunidades tradicionais caiçaras, das quais muitas tem na pesca um dos principais elementos da reprodução social apresentando uma gama diversa de tipos de pescados e técnicas de pesca. Os sujeitos inseridos nessas comunidades representam o mundo dos seus próprios saberes, suas crenças, suas geograficidades e historicidades cotidianas ao estarem

diretamente conectados às ancestralidades, às tradições, oralidades, narrativas caiçaras, ao tempo da natureza, ao tempo dos corpos e uma intrínseca aproximação da natureza terrestre e marítima em um entrecruzamento de saberes e diversidade sociocultural e socioambiental.

No entanto, esses povos e comunidades caiçaras vivem um cotidiano de relações conflituosas com agentes dos órgãos ambientais pelo fato de estarem inseridas em áreas de preservação, conflitos com agentes da Capitania dos Portos em função das diversas modalidades de carteiras de habilitação marítima expedidas (e as não expedidas) e os usos que se faz das embarcações em diversas épocas do ano de acordo com a sazonalidade da pesca e do turismo, além dos conflitos com grandes embarcações de pesca, estas últimas devido ao uso abusivo da biodiversidade pela sobrepesca, gerando impactos na cultura e na pesca artesanal. Justificamos que priorizamos nesse ensaio, a partir dos conceitos e categorias de análise dos autores que embasaram a escrita, principalmente as narrativas caiçaras. Não é intenção invisibilizar os autores, mas sim desenvolver o ensaio caracterizando as narrativas caiçaras e as informações como dados primários. Desta forma, as discussões permeiam os limites e possibilidades da pesca artesanal, das geografidades e historicidades e o formato de existencialidade dos sujeitos narradas por eles próprios onde breves considerações sobre a história de Paraty e a historicidade da pesca se tornam temas pertinentes. A questão central incide no modelo de unidades de conservação implantadas que impõe uma série de restrições, gerando constantes conflitos nas relações socioambientais dos povos e comunidades tradicionais de Cajiíba. Portanto, a busca pela compreensão da historicidade da pesca em Paraty geografizando os lugares, na perspectiva da organização social e econômica dos caiçaras são os principais objetivos do ensaio.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DE PARATY E A HISTORICIDADE DA PESCA

Paraty em sua composição social e urbana passou por ciclos econômicos da cana de açúcar e do café, foi rota de passagem e embarque de ouro vindos de Minas Gerais pelo antigo caminho de Cunha e com o declínio desses ciclos a cidade ficou no esquecimento durante muitos anos até o momento da construção da rodovia Rio-Santos entre os anos 60 e 70 que reanimou diversas comunidades que se encontravam ao longo da linha de costa e seu interior de acordo com as narrativas caiçaras. Muitas foram as comunidades que se organizaram e se estabeleceram em diferentes quadrantes de Paraty estando durante muito tempo isoladas do campo urbano e desenvolvendo formas de vida próprias em estreita relação com a natureza. As principais atividades de subsistência dessas comunidades estavam centradas na produção agrícola (roça caiçara) e na pesca artesanal. Nesse sentido, nas localidades e na própria cidade de Paraty não houve transformações urbanas que envolvesse a construção de grandes empreendimentos industriais ou outros equipamentos de grande porte que pudessem atrair os sujeitos de forma que as comunidades permaneceram em seu isolamento quase total em relação à cidade, embora houvessem relações de trocas/venda/compra de produtos, geralmente excedentes da produção agrícola vindas das localidades isoladas de Paraty.

Em relação à equipamentos ou empresas produtoras/causadoras de impacto ambiental, diferente das Baías de Guanabara e Sepetiba, os quadrantes geográficos de Paraty não apresentam ainda de forma efetiva a instalação de grandes empreendimentos industriais causadores de poluição, porém, em Angra dos Reis a Usina Nuclear está em pleno funcionamento assim como alguns portos, marinas e outros empreendimentos, o que por si só já constituem elementos de forte presença do Estado ou de empresas privadas que comprometem o equilíbrio ambiental de toda a área da Baía de Ilha Grande e adjacências, o que acaba por comprometer também de forma direta, toda a Enseada de Paraty e conseqüentemente a Enseada da Cajiíba. Importante informar que nessa região há algumas correntes marítimas que se dispersam pela Baía de Ilha Grande e representa perigo de contaminação às áreas mais sensíveis a presença de óleo por exemplo. Paraty, no entanto, possui algumas marinas e

postos de combustíveis às margens da enseada, algumas muito próximas de áreas de mangue, o que compromete de forma muito direta toda a fauna marinha dessas localidades, considerando a vulnerabilidade desse tipo de ecossistemas e considerando ainda todo o esgoto da cidade que é lançado nos córregos e rios da região que vão desaguar na Baía de Paraty. Como as águas circulam constantemente em função das vazantes e enchentes da maré, provavelmente há trocas de resíduos e sedimentos que se dispersam por toda a zona costeira que vai de Paraty até Angra e continua seguindo a linha de costa, impulsionadas também pelas correntes marítimas apontadas acima. Algumas correntes marítimas podem tanto levar como trazer resíduos, óleo e outros sedimentos da região de Angra dos Reis e mais adiante na Baía de Sepetiba onde a presença de empresas de maior porte e maior envergadura na potencialização de poluentes estão presentes.

Além disso, cada vez mais a Baía de Ilha Grande vem recebendo enormes navios em seu entorno, aumentando de forma contundente e sistematicamente as áreas de fundeio e automaticamente as áreas de exclusão de pesca. A presença desses navios nas adjacências de Ilha Grande pode estar diretamente ligados à dinâmica de exploração do Pré-sal, portanto, se tornando área de transbordo de petróleo ou pode estar ligado à extração de minérios que ocorrem na outra extremidade da Baía, atingindo de forma mais direta e impactante a Baía de Sepetiba, afetando sobremaneira as relações de pesca nessas localidades segundo os relatos dos próprios pescadores da Ilha da Madeira, Jaguanum e Itacuruçá, além dos relatos dos pescadores de Tarituba, Angra dos Reis, Barra Grande, Paraty e Trindade sobre a presença cada vez maior de grandes embarcações em seus lugares de pesca tradicionais. Também na Baía de Ilha Grande algumas plataformas continentais já se encontram fundeadas em algumas épocas do ano, geralmente permanecendo por algumas semanas e depois desaparecem, sendo provavelmente deslocadas para outras áreas, mas ainda não se sabe, por parte dos pescadores, com qual objetivo.

As relações da pesca e o processo de modernização implicam em novos saberes e técnicas onde o turismo entra como um componente promissor, porém, também como possibilidade de novas assimetrias/contradições no cotidiano dos sujeitos e seus lugares. Desta forma, diante de vasta diversidade cultural das comunidades caiçaras é preciso a compreensão e leitura de mundo que se apresenta no processo de reprodução social a partir do estreito e íntimo contato com o mar e com a terra onde se caracterizam e se destacam um conjunto de conhecimentos dos ecossistemas naturais em que vivem. Também é preciso reconhecer a contribuição dessas comunidades para a conservação dos ambientes marinhos, costeiros e terrestres onde se situam e onde imergiram costumes e leituras de mundo que se diferenciam de outros grupos sociais residentes em outras áreas e nichos ecológicos.

Assim, na concepção da produção social do espaço nessas comunidades é preciso identificar e ler outras relações no mundo dos saberes tradicionais e novas assimetrias que estão presentes no cotidiano dos sujeitos. Essa leitura se dá no campo das subjetividades e objetividades onde as comunidades mantêm um entrecruzamento de conhecimentos, saberes tradicionais e informações que vão dar vazão às demandas socioculturais e socioambientais dos sujeitos. Esses saberes tradicionais se movimentam no tempo e no espaço e são horizontais, expressando um relevante acervo de conhecimentos e trocas de saberes através de uma geografia da pesca nos lugares, ou seja, a pesca geografizando os lugares. Esses conhecimentos e saberes específicos de cada comunidade e seus modos de vida, portanto, não ficam restritos às comunidades somente; esses saberes se movimentam, se cruzam, se conectam, se imprimem em diferentes temporalidades e espacialidades. O mar é, por excelência, o espaço onde se inter cruzam as embarcações, as ideias, os saberes, as trocas, anseios, conflitos, demandas e todo um conjunto de ações coletivas e ações conflituosas com agentes do Estado, constituindo dessa forma toda a dinâmica das geografidades e historicidades tradicionais caiçaras e toda a dimensão de sua espacialidade e existencialidade. Essa espacialidade ou

as geograficidades vão incidir principalmente na cidade de Paraty em relação à descarga do pescado e vão incidir nas demais comunidades em relação às trocas mútuas de saberes, serviços, relações familiares e das ações conjuntas da própria pesca artesanal que exprimem a existencialidade dos sujeitos e seus modos de vida.

É também nesse campo objetivo e subjetivo onde os mesmos praticam um conjunto de ações coletivas e se reproduzem socialmente e as ações se dão entre dois campos de saberes; o campo dos saberes tradicionais na perspectiva das comunidades tradicionais e o campo dos saberes das formas urbanas, do Estado e suas autarquias na perspectiva da ocidentalização do mundo. A partir dos anos 1980, o crescimento da frota industrial de pesca e a criação de órgãos ambientais já apontavam para os problemas da sobrepesca e as assimetrias e contradições acabam por “se enfrentarem” gerando embates/conflitos e tensões sociais que se intensificam frente as historicidades e geograficidades tradicionais caiçaras em diferentes temporalidades. As localidades de pesca e sua espacialidade no discurso caiçara e a construção da identidade caiçara estão imbricadas na relação dos sujeitos com a natureza onde o tempo das ações nos espaços vividos segue o ritmo do tempo da natureza, diferente do tempo cronológico que compõe o modelo urbano-industrial. Por outro lado, as técnicas e assimetrias, tensões e contradições, acabam por se fundirem nos encontros pelo mar, pelas zonas de pesca e nas comunidades onde as trocas mútuas ocorrem, seja na venda do peixe ou dos petrechos de pesca produzidos por uns e vendidos ou trocados por/com outros, seja nas disputas de sentidos com o Estado, os órgãos ambientais e a sobrepesca, produzindo geograficidades e historicidades entre o tempo das ações dos sujeitos nos espaços vividos, mas nem sempre de forma harmoniosa.

GEOGRAFICIDADES E HISTORICIDADES: O TEMPO DAS AÇÕES NOS ESPAÇOS VIVIDOS

A compreensão das geograficidades e historicidades dos sujeitos e o tempo das ações em seus espaços de reprodução sociocultural podem ser entendidas sob a ótica da fenomenologia no campo da Geografia humanística. Para melhor situar nosso objeto de análise neste ensaio, as análises de Dardel (2011), podem nos apontar um caminho bastante interessante aonde as geograficidades e historicidades, na visão desse autor, podem ser apreendidas e compreendidas através da fenomenologia, da percepção das vivências e existencialidades dos sujeitos em seu cotidiano, na compreensão do tempo dos corpos, o tempo das ações sociais e o tempo da própria natureza, num intrincado jogo de tempos. No entanto, são esses tempos diferentes do tempo cronológico do sistema urbano industrial. As temporalidades são as próprias historicidades dos sujeitos que imbricam as geograficidades, os modos de vida, e os tempos de cada ação em um movimento dialético constante. Esse cotidiano compreende as formações sociais, seus núcleos e as múltiplas relações entre os grupos através de seus trajetos e deslocamentos no espaço. Compreender a história de vida, o tempo dos corpos, a produção da memória e identidade, os mitos, simbologias, as crenças, os trajetos e percursos, portanto, as geograficidades e historicidades destes grupos, dos sujeitos; requer compreender a formação de seus núcleos ou agrupamentos populacionais nos mais diferentes quadrantes espaciais.

Cumpramos apontar de imediato que a produção dessas geograficidades e historicidades se inscrevem no campo das disputas de sentidos e nem sempre de forma harmoniosa, pois os conflitos se evidenciam quando há o choque de diferentes interesses num mesmo campo de ação ou da fração do espaço disputado. A questão da sobrepesca pode ser alçada como um dos elementos que desencadearam conflitos em diferentes escalas desde que se constituiu o processo de modernização que trouxe profundas mudanças nas relações da pesca artesanal com a pesca industrial. Para situarmos essa discussão cumpre retomar um pouco da história do desenvolvimento da pesca a partir da implementação de política governamental, assunto bastante debatido e discutido no Nutemc/FFP/UERJ em diferentes reuniões de pesquisa sobre a pesca artesanal.

De acordo com Catia Antonia da Silva¹, a partir dos anos 1960, foi implementado no Brasil a Política Nacional de Desenvolvimento da Pesca, cuja finalidade era a modernização dos petrechos e das embarcações, buscando produção em grandes quantidades de pescado e redução do esforço manual. Nos anos 1980, já se via o crescimento da frota industrial de pesca e nessa mesma década os órgãos ambientais criados já apontavam para os problemas da sobrepesca. Atualmente, nas Baías de Sepetiba e de Ilha Grande (RJ), os pescadores artesanais que compõem as comunidades tradicionais pesqueiras caiçaras têm apontado vários conflitos com as grandes embarcações que atuam nessas Baías. Segundo eles, em somente um único lance de rede, a pesca industrial retira toneladas de peixes e crustáceos em geral, reduzindo dessa forma drasticamente os estoques marinhos que seriam em parte pescados, por meio de técnicas artesanais e de baixo impacto ambiental, pelas comunidades pesqueiras por um longo período do ano. A sobrepesca não dá chance para que o recurso marinho possa ser reestabelecido no tempo que a natureza necessita e dessa forma não se permite que o recurso seja distribuído (pescado) de forma mais igualitária entre os pescadores artesanais, o que gera como resultado os conflitos entre as modalidades de pesca e os sujeitos envolvidos.

Essas comunidades de pescadores artesanais produzem em pequena escala e em períodos sazonais, respeitando-se o tempo da natureza e sua dinâmica natural, o que permite a recomposição da biodiversidade marinha sem comprometer os estoques marinhos, diferente do que ocorre com a pesca industrial, esta sim, desencadeando uma série de desequilíbrios na fauna marinha. Algumas comunidades apresentam uma diversidade de técnicas e tipos de pescaria com embarcações específicas para cada modalidade de pesca. Entre as modalidades de pesca existem a pesca de cerco flutuante, a pesca de rede de espera, do cerco da tainha ou parati com a pesca de poita, a pesca de covo, de linha, a pesca de corvina etc. Para a pesca de linha é preciso estar bem próximo da linha de costa e tanto em terra como em canoas ou pequenos barcos de fibra é possível a realização dessa modalidade, obtendo assim o baiacu, michole, cocoroca boca de fogo ou comum, fogueira, linguado, corvina, carapau etc. Para a pesca de covo é preciso uma canoa ou barco pequeno de fibra para o deslocamento próximo a costeira para jogar o covo em áreas de costa onde existem lajes e tocas, e peixes como as garoupas, o casaco de ferro, o fogueira e outras espécies típicas de costeira são pescados. Na pesca de poita é preciso uma canoa se possível motorizada ou um barco de fibra com motor para maiores deslocamentos dentro da enseada ou para outras zonas de pesca que exigem maiores deslocamentos. Nessa modalidade de pesca é possível cercar cardumes de parati, tainhas, corvinas e roncadour além de outras espécies. Para a pesca do cerco flutuante bastam duas canoas com quatro tripulantes de modo que a rede é puxada do fundo para os bordos das canoas até o sacador da rede onde se encontram os peixes malhados como a sororoca, peixe espada, corvina, bonito banana, bonito comum, robalo, piragica, baiacu, linguado, lula, xerelete entre outros; para o cerco da sardinha maromba uma traineira pequena é suficiente, não necessariamente com motorização para puxar a rede do fundo; para a pesca da corvina em maior quantidade e tamanho é necessário uma embarcação maior e redes de filamentos mais resistentes para ser usada em locais de maiores profundidades e mais distantes da linha de costa, ou seja, mais para o largo da enseada. Por fim, a pesca da lula é feita também de linha com o zangareio sem nenhum tipo de isca e pode ser realizado com uma canoa ou bote de fibra a remo, sendo esse tipo de pescaria realizada bem próximo da linha de costa. O arrasto de camarão é feito com uma baleeira ou barco maior com as redes de arrasto apropriadas para camarão e pode ser realizada ao longo da enseada. Também a pesca de camarão com rede de espera ou caceia é realizada em ambientes de menor profundidade e geralmente em áreas de contato com o mangue, muitas vezes um contato via correntes marítimas

1. Em reunião do Nutemc ocorrida no dia 16/01/2019 para discutir o trabalho de campo que ocorreria entre os dias 23 e 26/01/2019 na cidade de Paraty. O trabalho de campo teve como principal atividade levantar informações sobre a pesca em Paraty sob a perspectiva da pesca artesanal e sua relação com os órgãos de regulação do Estado.

que facilitam o deslocamento dos camarões em fundo de lama e valas de mar. Também em áreas de mangue propriamente dito como nos fundos de baías e enseadas existe a captura do caranguejo, guaiamum, guaiá entre outras espécies de caranguejos e demais mariscos. Em outras localidades existe o cultivo de ostras, polvo e mexilhão, constituindo cada lugar as suas peculiaridades/especificidades no mundo da pesca.

Cada modalidade de pesca exige técnicas e tipos de pescaria e de petrechos diferentes, todas elas respeitando-se o tempo da natureza e a sazonalidade das espécies pescadas, ou seja, em cada época do ano há a presença de certos tipos de peixes que podem ser pescados. Da mesma forma os petrechos podem ser produzidos/fabricados por determinados conhecedores da arte de fazer dos petrechos e isso permite uma maior circulação tanto das técnicas como dos sujeitos entre as comunidades de forma a efetuar as trocas de petrechos e pescados constituindo as geografias da pesca. Essas geografias dos petrechos e dos pescados se configuram em uma dinâmica comercial e de trocas bastante promissora e mais igualitária entre as comunidades, uma vez que os conhecimentos circulam e se cruzam, se intercalam e se mesclam produzindo novas formas de saber e novas técnicas de pesca apreendidas de outras comunidades e suas formas de organização. As rotas de comércio, portanto, não estão amarradas aos ditames de Paraty, dos atravessadores e do mercado de peixe da cidade de forma exclusiva e imperativa. Engana-se quem pensa que todo o pescado capturado pelas comunidades tradicionais vai direto para Paraty. Muitos nem chegam a Paraty e são distribuídos/vendidos/trocados entre as diversas ilhas e comunidades que existem ao longo da linha de costa e trajetos pelo mar que levaria à Paraty. Junto com essa rota do comércio entre as comunidades também circulam esse conjunto de saberes tradicionais, sendo mesclados e fundidos em cada lugar à sua maneira produzindo novas formas de saber, estas tendo novos processos de circulação e produção de novas técnicas em um emaranhado de saberes e geografias dialéticas. Mas também circulam os desafetos, as assimetrias e os conflitos, principalmente aqueles causados pela intervenção do Estado ou pelas empresas de pesca industrial que invisibilizam as culturas e modos de vida tradicionais quando projetam nesse circuito espacial marítimo as formas de pescaria com características de grande mercado produtor, ou seja, a sobrepesca.

Nesse sentido, cumpre destacar que o conjunto de saberes destes sujeitos, muitas vezes não é levado em consideração, o que dá origem aos conflitos quando os grandes barcos de pesca ocupam os lugares tradicionais de pesca dos caiçaras e em pouco tempo recolhem grandes quantidades de pescado, diminuindo drasticamente os cardumes. Também em terra os caiçaras enfrentam problemas em relação ao Estado, este como agente modernizador que impõe a demarcação de áreas protegidas e delimita ações que impedem a reprodução social e cultural dos sujeitos, invisibilizando seus saberes e modos de vida praticados e transmitidos de geração em geração. Se antigamente muito dessas organizações sociais se prestavam ao roçado caiçara e a pesca, atualmente estão proibidos de praticarem a atividade agrícola e se prestam mais à pesca, acarretando prejuízos à sua cultura e costumes. Para Cavalieri (2003), o conhecimento tradicional dessas comunidades se reproduz enquanto prática social quando se assenta no território conquistado e transmitido pelas gerações anteriores, sendo essa a condição para a sua existência. Quando o Estado intervém com a criação dos espaços protegidos de forma vertical, os conflitos se acirram, as geografias e historicidades sofrem profundas mudanças e se evidenciam os desequilíbrios sociais².

O mesmo ocorre com a pesca artesanal e a sobrepesca, denotando as relações na sociedade de classes que são tensas, conflituosas e as classes opostas entram em processo direto de disputas de

2. O termo desequilíbrios sociais é aqui empregado para distinguir um certo equilíbrio social que existe nas geografias e historicidades dos sujeitos quando são respeitados seus modos de vida e seus múltiplos tempos e temporalidades. Quando há intervenção de outros agentes nessa dinâmica de reprodução da vida, se tornam evidentes os conflitos e desequilíbrios nas formas de reprodução sociocultural dos sujeitos. O tempo dos corpos e da natureza entra em conflito com o tempo social e cronológico da dinâmica urbano-industrial gerando os desequilíbrios sociais.

sentidos e de ações, também nas disputas entre o tempo cronológico e de mercado e o tempo dos sujeitos, de seus corpos, da natureza. Enquanto o urbano exige o tempo cronológico na realização das trocas e produção de mercadorias e da vida urbana, intensa e mercadológica, os modos de vida caiçara vivem o tempo lento do sujeito, sua interação com a natureza e a relação dos corpos com o ambiente que envolve o tempo cosmológico, a lua e suas fases, o vento e suas direções, a maré, sua coloração e densidade, as nuvens, sua altura, seus formatos/desenhos e suas colorações, o tempo das ações sociais nos espaços vividos. No processo de implantação de unidades de conservação nessas áreas, os órgãos ambientais com a atuação dos agentes de meio ambiente acabam por efetivar uma luta de classes que trazem como consequência impactos na pesca e na cultura caiçara. Essa luta de classes, os embates de tempos e o sistema de valores atribuídos ao meio natural no caso de Cajaíba, portanto, se manifestam do ponto de vista do controle efetivo do território quando da implantação da APA Cairuçu e posteriormente da Reserva Ecológica Estadual da Juatinga. Antes dessas delimitações dos espaços vividos para dar lugar aos espaços de preservação, para os sujeitos não existiam as dicotomias entre o homem e a natureza, entre a cultura e a natureza, "dicotomia essa que não tem servido senão para produzir fragmentações profundas de sentido e de ação" (SILVA, 2014. p. 15).

ÓRGÃOS AMBIENTAIS, UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E IMPACTOS NA PESCA E CULTURA CAIÇARA

A Área de Proteção Ambiental do Cairuçu (APA-Cairuçu) - administrada pelo Instituto Chico Mendes (ICMBio) - e a REEJ - administrada pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA) - são Unidades de Conservação (UCs) localizadas no município de Paraty. Unidades de Conservação da natureza são áreas com características naturais importantes e limites definidos, criadas e administradas para assegurar a preservação da natureza e o bem-estar das populações locais. A APA, criada em 27 de dezembro de 1983³, pelo Decreto nº 89.242, de 27 de dezembro de 1983, foi criada com o expresse objetivo de fomentar a cultura caiçara local, compatibilizando-a com a utilização de seus recursos naturais, de acordo com os preceitos conservacionistas⁴. Já a Reserva Ecológica Estadual da Juatinga - REEJ teve sua criação através da Lei nº 1859/91 de 1º de outubro de 1991 e efetivada pelo Decreto Estadual nº 17.981 de 30 de outubro de 1992. A REEJ foi criada com o objetivo de preservar o ecossistema local, composto por remanescentes florestais da mata atlântica, restingas manguezais e costões rochosos e está inserida na APA Cairuçu, portanto, configurando sobreposição de unidades de conservação. Nos anos 2000, através da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC⁵ que viria a definir as políticas de preservação de acordo com as legislações pertinentes, sendo que no conjunto destas políticas os conflitos aparecem e rebatem diretamente com os saberes e culturas tradicionais. O SNUC torna obsoleto a estrutura institucional e legal da REEJ, além de obrigar a reestruturação legal da Reserva e exigir a obrigatoriedade de reconhecer as comunidades tradicionais, fato que não ocorria antes dos anos 2000 em outros diplomas legais.

3. De acordo com o sítio <http://www.icmbio.gov.br/cairucu/> acessado em 28 de novembro de 2019.

4. Esses preceitos, porém, visam a proteção integral dos ecossistemas, o que pressupõe a intocabilidade dessas áreas, ou seja, gera contradição com o "expresse objetivo" de fomentar a cultura caiçara. Além disso, geralmente as UCs visam manter o controle sobre recursos, pessoas e suas ações, o que gera também parte dos conflitos, afetando sobremaneira as geografias e historicidades tradicionais caiçaras.

5. De acordo com informações extraídas de: <http://www.mma.gov.br/areas-protetidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc> Acesso em 28 de novembro de 2019.

No entanto, as narrativas caiçaras apontam que a atuação dos órgãos ambientais quando da implantação da APA e posteriormente da REEJ demonstram o esvaziamento das comunidades a partir do momento que foram instituídos atos proibitórios onde “nossas famílias nasceram e foram criadas, plantando, pescando, cuidando do lugar, da natureza, séculos antes das discussões sobre preservação”. As narrativas indicam que a obrigatoriedade de reconhecimento de seus povos e suas tradições não pareceu nesse primeiro momento ser uma política levada a cabo pelos agentes de meio ambiente. As narrativas expressam que várias embarcações foram abordadas pelos agentes de meio ambiente e impedidos de pescarem em localidades mais distantes da costa, o que contraria as próprias tradições pesqueiras dos sujeitos, visto que seus pescueiros invisíveis se localizam em locais de conhecimento específico dos sujeitos. Dessa forma, as intervenções dos agentes de meio ambiente acabam por trazer impactos na pesca e na cultura caiçara ao inibirem a realização dessas atividades nessas localidades, o mesmo não ocorrendo quando da atuação das grandes embarcações nessas mesmas localidades, o que gera conflitos com a pesca artesanal e tradicional.

Também em terra os agentes ambientais tentam inibir as atividades de cunho tradicional quando se trata dos sujeitos executando serviços de reforma de seus barcos. As narrativas caiçaras apontam ainda que o processo de construção ou reforma dos barcos era uma atividade muito comum nas praias de Cajaíba, mas atualmente se tornou algo proibido, constrangedor e caro para os caiçaras. De acordo com as narrativas o último barco⁶ que subiu a praia do Calhaus em 2015 para ser reformado teve problemas para a realização do feito, pois o INEA embargou tal procedimento que seria realizado dentro da propriedade do caiçara após a embarcação subir a praia. O órgão ambiental através dos seus agentes informou que o dono da embarcação não tinha autorização para executar a ação de conserto da mesma e que para realizar o conserto o responsável pela embarcação deveria levar a mesma para Paraty e executar o conserto no estaleiro da cidade.

Cumprido apontar que para tal feito o dono do barco deve pagar a diária da embarcação no estaleiro e ainda pagar a mão de obra do conserto, fato constrangedor e caro ao sujeito caiçara, detentor dos conhecimentos para tal realização, agora impedido de exercer suas atribuições de cunho secular e ancestral. Ou seja, antes o próprio dono executava os devidos consertos e reformas ou até a construção de seu próprio barco com o conhecimento de técnicas adquiridas durante a vida muitas vezes passadas de pais para filhos através da memória, história oral e das atividades cotidianas, independente dos processos de modernização da contemporaneidade. Com a nova política ambiental nessas comunidades o dono do barco não poderá mais executar o que realizou a vida toda e a situação se agrava mais ainda para aqueles que se destacavam nessas proezas e tinham nessas ocasiões as possibilidades de realização dos serviços como meio de subsistência associados com as atividades de pesca. Tais fatos acumulados, segundo as narrativas, fazem com que os sujeitos não consigam mais trabalhar em suas tradicionais atividades, o que abre ameaças de perda dos seus lugares de ações coletivas.

Nesse sentido, os conflitos se evidenciam cada vez mais devido as atuações dos órgãos ambientais a partir da implantação de unidades de conservação e desde então as comunidades seguem resistindo a uma legislação ambiental que, sob a ótica dos sujeitos, parece ser aplicada seletivamente. O que acaba por restringir a realização/concretização material dos modos de vida e dos costumes, desconsiderando as geograficidades e historicidades tradicionais e o papel que os sujeitos cumprem para a conservação e manutenção da biodiversidade. Nesse sentido, como as políticas de proteção ambiental podem ao mesmo tempo garantir a proteção das culturas dos povos e comunidades tradicionais pesqueiras impedindo a ocorrência de conflitos e impactos negativos

6. Note-se que hora utilizamos a nomenclatura “barco”, ora “embarcação”. Os dois termos são válidos, mas no linguajar caiçara o nome barco é frequentemente utilizado e na linguagem dos agentes ambientais o nome embarcação consta do vocabulário burocrático do Estado.

nessas culturas frente às atuações dos agentes ambientais e os atos proibitórios? Em se tratando de conflitos, como minimizar ou eliminar os mesmos, visto que as ações dos órgãos ambientais desde a criação das unidades de conservação foram de atuação contra os povos e comunidades tradicionais e desde então só vem gerando conflitos? São questões e problemas de difícil solução a curto prazo e que se tornam cada vez mais prioritárias de resolução para evitar maiores impactos além dos já causados em função dessas políticas de intervenção de forma vertical. Ademais, com os processos de modernização, técnica e turismo, os sujeitos vão se reinventando e adquirindo novas formas de conhecimento e apropriações dos sistemas urbanos e técnicos. Para a efetivação de seus direitos e manutenção de suas formas de vida não se pode prescindir de uma relação mais harmoniosa com o Estado e os agentes de meio ambiente, no entanto, essas relações evidenciam novas assimetrias que podem levar a um desmantelamento das culturas já estabelecidas. Agora correndo o risco de desaparecerem para sempre dadas as possibilidades de efetividade dos impactos na pesca e na cultura caiçara.

RELAÇÕES DA PESCA E A MODERNIZAÇÃO, TÉCNICA E TURISMO

As relações da pesca e o processo de modernização implica em novos saberes e técnicas onde o turismo entra como um novo componente promissor, mas também de possibilidade de novas assimetrias/contradições no cotidiano dos sujeitos. As assimetrias se tornam cada vez mais presentes na vida dos sujeitos à medida que o Estado continua mantendo as políticas de invisibilidades das comunidades. Ao mesmo tempo os processos de modernização apresentam dois lados bastante diferentes e antagônicos entre si. Por um lado, as técnicas e os novos petrechos e/ou ferramentas de trabalho como os celulares, ajudam na comunicação à grandes distâncias e implementam novas relações de trocas dos produtos entre as comunidades a medida que as informações transitam de forma mais rápida e consistente. O comércio de artesanatos, pescados e petrechos de pesca ganham dinamismo e notoriedade, porém, os processos de modernização também trazem problemas de difícil solução uma vez que as médias e grandes empresas de pesca industrial agora possuem em suas embarcações os sonares eletrônicos que conseguem localizar os cardumes a longas distâncias e em questão de algumas horas ocupam os lugares tradicionais de pesca dos caiçaras. Com suas enormes redes de arrasto, todo o fundo marítimo das enseadas é “varrido” de forma descomunal arrastando e malhando tudo o que encontra pela frente, deixando atrás de si um rastro de destruição da fauna marinha.

Como consequência há uma drástica redução no conjunto dos cardumes e diminuição das atividades de pesca artesanal, o que acarreta diminuição na comercialização de produtos oriundos da pesca artesanal, pois os mesmos não conseguem competir à altura com grandes embarcações de pesca; e as famílias ficam sem atividades de renda por impacto causado pela sobrepesca. Assim, as comunidades tradicionais vêm sofrendo os maiores impactos sendo o elo mais frágil da sociedade, ao mesmo tempo que são a ponta das cadeias produtivas da pesca de baixo impacto na natureza nessas localidades de difícil acesso. Com a inserção da sobrepesca nessas localidades o cardume não tem mais o tempo da natureza para sua recuperação/reprodução e manutenção de forma mais equilibrada e conseqüentemente há uma drástica diminuição do pescado. Também o fato de estar proibido a coleta de troncos na mata para o fabrico da tradicional canoa caiçara, implica ainda mais na expropriação da vida caiçara.

Assim, toda uma cadeia comercial dependente da pesca passa a sofrer maiores impactos, os pescadores e pescadoras artesanais, as marisqueiras, beneficiadoras (es), comerciantes, fabricantes de gelo, canoeiros, artesãos etc., deixam de exercer suas atividades da forma como exerciam e a pesca artesanal vai declinando. Por outro lado, a invisibilidade de pescadoras e pescadores artesanais perante o impacto da atuação dos agentes ambientais e a incidência dessas ações e eventos de

interdições/proibições sobre a realização de suas atividades tradicionais, seu trabalho, reprodução física, social e cultural, não sendo publicitado o drama vivenciado pelas famílias afetadas, torna cada vez mais difícil a manutenção de sua própria existencialidade. Mediante essas ações do Estado, a organização desses povos e comunidades tradicionais, dada a impossibilidade de manutenção de suas atividades pesqueiras e outras relacionadas, há a possibilidade cada vez mais presente de um processo muito rápido de desterritorialização - na concepção de Haesbaert (2016) - em massa nos territórios/lugares de vida dos povos e comunidades tradicionais costeiras.

O turismo entra como um novo agente promissor nessas localidades, porém, mais uma vez a intervenção do Estado se dá de forma negativa para essas comunidades uma vez que o próprio Estado não emite as carteiras de pescador em tempo hábil e outras carteiras são exigidas por parte da Capitania dos Portos para que os sujeitos possam transportar os turistas. Nesse sentido, as carteiras de pescador para quem já tem não serve para o transporte de turismo e quem tem a carteira de turismo não pode exercer a atividade de pesca em baixa temporada de turismo, quem não tem nenhuma das carteiras ainda fica impossibilitado de realizar as duas atividades em seus tempos mais propícios para tal como forma de complementar a renda das famílias. Ou seja, mesmo o turismo como agente promissor apresenta novas assimetrias, conflitos e ameaças aos modos de vida desses povos e comunidades tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Importante ressaltar/reafirmar que de todos os lados os sujeitos são expropriados de suas atividades por parte do Estado e a dificuldade de acesso a políticas públicas para atendimento às demandas desses povos e comunidades tradicionais vêm agravando sua própria existência enquanto sujeitos da ação. Reiteramos a efetivação do processo de desequilíbrio social nessas comunidades, fruto da intervenção verticalizada do Estado. Mesmo com a modernização e as novas técnicas de pesca, ainda assim os sujeitos estão sendo expropriados de suas atividades tradicionais e não conseguem acompanhar o ritmo de desenvolvimento do grande sistema mercadológico de cunho capitalista, típico da sociedade urbano-industrial contemporânea que gera fragmentação, expropriação e desigualdades sociais. Evidente está que os modelos atuais de implantação de unidades de conservação vêm trazendo impactos negativos nos modos de vida dos sujeitos e no caso específico da pesca é preciso implementar novos marcos regulatórios dos petrechos e tipos de embarcações que estejam em consonância com a realidade ambiental dos sujeitos. Também é preciso de forma mais eficaz valorizar os saberes e modos de vida desses sujeitos, dando visibilidade às suas ações e formatos de organização social visando a preservação de suas culturas. Nesse sentido, os órgãos ambientais em face de seus agentes necessitam de orientações diferentes das atuais formas de abordagem aos sujeitos.

Outras/novas histórias e geografias prescindem de renovação conceitual e novas epistemes histórico-geográficas precisam assentar no campo teórico-metodológico para serem criadas/produzidas/instaladas novas perspectivas e formulações que possam efetivamente auxiliar na compreensão e restauração de uma fragmentação sociocultural que já a muitos anos vêm destruindo as heranças culturais dos povos e comunidades tradicionais. Para a História e a Geografia fica a responsabilidade de focalizar com o devido grau de importância e pertinência, os processos de modernização e os progressos das/nas ferramentas e técnicas de análise que possam dar suporte ao ajustamento sociocultural na perspectiva dos sujeitos da ação. Necessário se faz então evitar os julgamentos de valores e as intervenções verticalizadas ou manipulações nas narrativas dos sujeitos, tendo o cuidado de tratar os mesmos como categoria chave em futuras pesquisas, porém, tomando-se o devido cuidado de não invisibilizar os sujeitos e o sentido de suas ações. Hoje nega-se o outro para manter o *status quo*, para manter a exclusão e fragmentação das geografidades e historicidades tradicionais caíças.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. - 3. ed. rev. atual. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- CANAU, Joel. **Memória e identidade**; tradução Maria Leticia Ferreira. - 1 ed. 4 reimpr. - São Paulo: Contexto, 2018.
- CAVALIERI, Lucia. **A comunidade caiçara no processo da reclassificação da Reserva Ecológica da Juatinga**. Dissertação de Mestrado, São Paulo: USP, 2003.
- DARDEL, Eric. **O homem e a Terra**: natureza da realidade geográfica. Trad. Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural**. Entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- COSTA, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade**/ Rogério Haesbaert da Costa. - 10ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.
- CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira. **Diálogo de saberes entre tradição e modernidade: ordens e desordens**. 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro, Bahia, Brasil, 2008. p. 18. Disponível em:
http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2021/lucia%20helena%20de%20oliveira%20cunha.pdf Acesso em 23/11/2019.
- DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Anna. **A mudança como modelo cultural**: o caso da cultura caiçara e a urbanização. In: Enciclopédia caiçara, v. 1/Antônio Carlos Sant'Anna Diegues (Org) - São Paulo: HUCITEC: NUPAUB: CEC/USP, 2004.
- DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Anna. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.
- DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Anna. **A pesca construindo sociedades**: leituras em antropologia marítima e pesqueiras. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP, 2004.
- FRANCESCO, Ana Alves de. **O território em disputa**: o caso dos caiçaras da Cajaíba. V Encontro Nacional da Anppas. Florianópolis, 2010.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. 12 ed. 1 reimpr. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.
- ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Apa de Cairucu**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/apa-de-cairucu?highlight=WyJhcGEiLCJjYWlydVx1MDBIN3UiLCJhcGEgY2FpcnVcdTAwZTd1llo=> Acesso em 28/11/2019.
- ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Cairucu**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/cairucu/> Acesso em 28/11/2019.
- MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Áreas Protegidas**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc> Acesso em 28/11/2019.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. - 4 ed. 9. Reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017. - (Coleção Milton Santos; 1).
- SERPA, Angelo. **Por uma geografia dos espaços vividos**: geografia e fenomenologia. - São Paulo: Contexto, 2019.
- SILVA, Catia Antonia da. **O pensamento vivo e humanismo concreto em Ana Clara Torres Ribeiro**. 1. Ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.